



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Concurso Público

001. PROVA OBJETIVA

Contador Judiciário

INSTRUÇÕES

- Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 100 questões objetivas.
- Confira seu nome e número de inscrição impressos na capa deste caderno.
- Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala.
- Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta azul ou preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- A duração da prova é de 4 horas, incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após 2 horas e 30 minutos do início da prova.
- Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno, podendo levar apenas o rascunho de gabarito, localizado em sua carteira, para futura conferência.
- Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.

01. Leia a tira.



(<http://custodio.net>)

Nas frases da personagem que está na fila, o termo “para” é empregado expressando ideia de

- (A) causa.
- (B) modo.
- (C) lugar.
- (D) finalidade.
- (E) oposição.

Leia o texto para responder às questões de números 02 a 08.

A ética da fila

SÃO PAULO – Escritórios da avenida Faria Lima, em São Paulo, estão contratando flanelinhas para estacionar os carros de seus profissionais nas ruas das imediações. O custo mensal fica bem abaixo do de um estacionamento regular. Imaginando que os guardadores não violem nenhuma lei nem regra de trânsito, utilizar seus serviços seria o equivalente de pagar alguém para ficar na fila em seu lugar. Isso é ético?

Como não resisto aos apelos do utilitarismo, não vejo grandes problemas nesse tipo de acerto. Ele não prejudica ninguém e deixa pelo menos duas pessoas mais felizes (quem evitou a espera e o sujeito que recebeu para ficar parado). Mas é claro que nem todo o mundo pensa assim.

Michael Sandel, em “O que o Dinheiro Não Compra”, levanta bons argumentos contra a prática. Para o professor de Harvard, dublês de fila, ao forçar que o critério de distribuição de vagas deixe de ser a ordem de chegada para tornar-se monetário, acabam corrompendo as instituições.

Diferentes bens são repartidos segundo diferentes regras. Num leilão, o que vale é o maior lance, mas no cinema prepondera a fila. Universidades tendem a oferecer vagas com base no mérito, já prontos-socorros ordenam tudo pela gravidade. O problema com o dinheiro é que ele é eficiente demais. Sempre que entra por alguma fresta, logo se sobrepõe a critérios alternativos e o resultado final é uma sociedade na qual as diferenças entre ricos e pobres se tornam cada vez mais acentuadas.

Não discordo do diagnóstico, mas vejo dificuldades. Para começar, os argumentos de Sandel também recomendam a proibição da prostituição e da barriga de aluguel, por exemplo, que me parecem atividades legítimas. Mais importante, para opor-se à destruição de valores ocasionada pela monetização, em muitos casos é preciso eleger um padrão universal a ser preservado, o que exige a criação de uma espécie de moral oficial – e isso é para lá de problemático.

(Hélio Schwartzman, A ética da fila. *Folha de S.Paulo*, 28.04.2013)

02. Em sua argumentação, Hélio Schwartzman revela-se

- (A) perturbado com a situação das grandes cidades, onde se acabam criando situações perversas à maioria dos cidadãos.
- (B) favorável aos guardadores de vagas nas filas, uma vez que o pacto entre as partes traduz-se em resultados que satisfazem a ambas.
- (C) preocupado com os profissionais dos escritórios da Faria Lima, que acabam sendo explorados pelos flanelinhas.
- (D) indignado com a exploração sofrida pelos flanelinhas, que fazem trabalho semelhante ao dos estacionamentos e recebem menos.
- (E) indiferente às necessidades dos guardadores de vagas nas filas, pois eles priorizam vantagens econômicas frente às necessidades alheias.

03. Ao citar Michael Sandel, o autor reproduz desse professor uma ideia contrária à

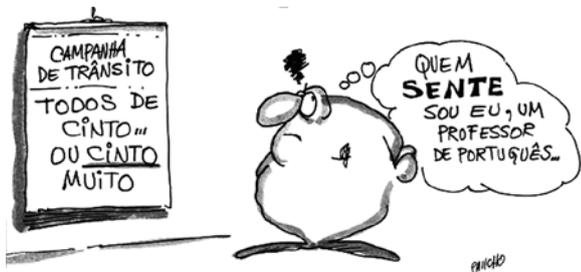
- (A) venda de uma vaga de uma pessoa a outra, sendo que aquela ficou na fila com intenção comercial. O autor do texto concorda com esse posicionamento de Sandel.
- (B) comercialização de uma prática que consiste no pagamento a uma pessoa para que ela fique em seu lugar em uma fila. O autor do texto discorda desse posicionamento de Sandel.
- (C) criação de uma legislação que normatize a venda de vagas de uma fila de uma pessoa a outra. O autor do texto discorda desse posicionamento de Sandel.
- (D) falta de incentivo para que a pessoa fique em uma vaga e, posteriormente, comercialize-a com quem precise. O autor do texto discorda desse posicionamento de Sandel.
- (E) falta de legislação específica no que se refere à venda de uma vaga de uma pessoa que ficou em uma fila guardando lugar a outra. O autor do texto concorda com esse posicionamento de Sandel.

04. Nas considerações de Sandel, o dinheiro

- (A) cria caminhos alternativos para ações eficientes, minimizando as diferenças sociais e resguardando as instituições.
- (B) anda por diversos caminhos para ser eficiente, rechaçando as diferenças sociais e preservando as instituições.
- (C) está na base dos caminhos eficientes, visando combater as diferenças sociais e a corrupção das instituições.
- (D) é eficiente e abre caminhos, mas reforça as desigualdades sociais e corrompe as instituições.
- (E) percorre vários caminhos sem ser eficiente, pois deixa de lado as desigualdades sociais e a corrupção das instituições.

05. Na oração – *Ele não prejudica ninguém...* – (2.º parágrafo), o pronome em destaque recupera textualmente o termo:
- (A) utilitarismo.
 - (B) alguém.
 - (C) sujeito.
 - (D) acerto.
 - (E) guardador.
06. Na passagem – ... *que me parecem atividades legítimas.* –, o termo em destaque significa
- (A) genuínas.
 - (B) verossímeis.
 - (C) contundentes.
 - (D) necessárias.
 - (E) ilícitas.
07. No período – *Como não resisto aos apelos do utilitarismo, não vejo grandes problemas nesse tipo de acerto.* –, a conjunção **Como** estabelece a mesma relação e o mesmo sentido da conjunção destacada no trecho adaptado de *IstoÉ* (26.04.2013) em:
- (A) **Se** medidas como essa estivessem em vigor, o universitário Victor não teria cruzado com o jovem criminoso que o matou na porta de casa.
 - (B) Victor foi morto por um criminoso que já tinha passagem pela Fundação Casa, onde havia cumprido apenas 45 dias por outro roubo. Estava na rua, armado, **porque** não pode receber uma pena maior.
 - (C) **Mas** será que um jovem de 16 anos em 2013 tem o mesmo amadurecimento e acesso à informação que tinha um adolescente da mesma idade em 1940?
 - (D) Desde 1940, **quando** a legislação brasileira estipulou a maioria penal, qualquer jovem com idade inferior a 18 anos é considerado “incapaz”.
 - (E) No Brasil, eles também podem trabalhar com carteira registrada e, com autorização dos pais, casar e ser emancipados.
08. Eu acredito na indignação. É dela e do espanto que _____ a vontade de construir um mundo que faça mais sentido, em que se possa viver sem matar ou morrer. Por isso, diante de um assassinato consumado em São Paulo por um adolescente a três dias de completar 18 anos, minha proposta é de nos indignarmos bastante. Não para aumentar o rigor da lei para adolescentes, mas para aumentar nosso rigor ao exigir que a lei seja _____ pelos que querem aumentar o rigor da lei. Se eu acreditasse por um segundo que aumentar os anos de internação ou reduzir a maioria penal diminuiria a violência, _____ fazendo campanha neste momento.
- (Eliane Brum, Pela ampliação da maioria moral.
<http://revistaepoca.globo.com>, 22.04.2013. Adaptado)
- De acordo com a norma-padrão da língua portuguesa, as lacunas do texto devem ser preenchidas, correta e respectivamente, com:
- (A) vem ... cumprida ... estava
 - (B) vem ... cumprida ... estivesse
 - (C) vem ... cumprida ... estaria
 - (D) vêm ... cumprida ... estava
 - (E) vêm ... cumprida ... estarei
09. Teresa Amabile, professora da Harvard Business School, investiga _____ décadas temas como criatividade individual, produtividade e inovação. Seus estudos focam as características dos profissionais talentosos e as condições ambientais necessárias para a criatividade se desenvolver. Organizações com estruturas _____, culturas organizacionais _____, chefes centralizadores e ambientes nos quais os profissionais lutam entre si minam o trabalho criativo. Até aqui, nenhuma novidade! A dificuldade é entender _____ tantas empresas insistem em extrair criatividade e inovações de funcionários sufocados por modelos organizacionais rígidos e por chefes obcecados pelo controle.
- (Thomaz Wood Jr., A criatividade sitiada.
www.cartacapital.com.br, 24.04.2013. Adaptado)
- Em conformidade com a norma-padrão da língua portuguesa, as lacunas do texto devem ser preenchidas, correta e respectivamente, com:
- (A) faz ... hierarquizadas ... coersitivas ... porquê
 - (B) à ... hierarquisadas ... coercitivas ... por quê
 - (C) fazem ... hierarquizadas ... coersitivas ... porque
 - (D) a ... hierarquisadas ... coercitivas ... porque
 - (E) há ... hierarquizadas ... coercitivas ... por que

10. Leia a charge.



(Gazeta do Povo, 28.01.2013)

No contexto apresentado, a personagem, professor de Português, preferiria uma frase, escrita em norma-padrão da língua portuguesa, com os seguintes dizeres:

- (A) Campanha de trânsito: No tráfego diário, todos tem de usar o cinto, pois a iminência de acidentes deixa todos vulneráveis.
- (B) Campanha de trânsito: No tráfego diário, todos têm de usar o cinto, pois a eminência de acidentes deixa todos vulnerável.
- (C) Campanha de trânsito: No tráfego diário, todos têm de usar o cinto, pois a iminência de acidentes deixa todos vulneráveis.
- (D) Campanha de trânsito: No tráfego diário, todos têm de usar o cinto, pois a iminência de acidentes deixa todos vulneráveis.
- (E) Campanha de trânsito: No tráfego diário, todos tem de usar o cinto, pois a iminência de acidentes deixa todos vulnerável.

Leia o texto para responder às questões de números 11 a 17.

O que é ler?

Começo distraidamente a ler um livro. Contribuo com alguns pensamentos, julgo entender o que está escrito porque conheço a língua e as coisas indicadas pelas palavras, assim como sei identificar as experiências ali relatadas. Escritor e leitor possuem o mesmo repertório disponível de palavras, coisas, fatos, experiências, depositados pela cultura instituída e sedimentados no mundo de ambos.

De repente, porém, algumas palavras me “pegam”. Insensivelmente, o escritor as desviou de seu sentido comum e costumeiro e elas me arrastam, como num turbilhão, para um sentido novo, que alcanço apenas graças a elas. O escritor me invade, passo a pensar de dentro dele e não apenas com ele, ele se pensa em mim ao falar em mim com palavras cujo sentido ele fez mudar. O livro que eu parecia soberanamente dominar apossa-se de mim, interpela-me, arrasta-me para o que eu não sabia, para o novo. O escritor não convida quem o lê a reencontrar o que já sabia, mas toca nas significações existentes para torná-las destoantes, estranhas, e para conquistar, por virtude dessa estranheza, uma nova harmonia que se apossa do leitor.

Ler, escreve Merleau-Ponty, é fazer a experiência da “retomada do pensamento de outrem através de sua palavra”, é uma reflexão em outrem, que enriquece nossos próprios pensamentos. Por isso, prossegue Merleau-Ponty, “começo a compreender uma filosofia deslizando para dentro dela, na maneira de existir de seu pensamento”, isto é, em seu discurso.

(Marilena Chauí, Prefácio. Em: Jairo Marçal, *Antologia de Textos Filosóficos*. Adaptado)

11. Com base nas palavras de Marilena Chauí, entende-se que ler é

- (A) um ato de interação e de desalojamento de sentidos cristalizados.
- (B) uma atividade em que a contribuição pessoal está ausente.
- (C) uma reprodução automatizada de sentidos da ideologia dominante.
- (D) um processo prejudicado pela insensibilidade do escritor.
- (E) um produto em que o posicionamento do outro se neutraliza.

12. Com a frase – *O escritor me invade, passo a pensar de dentro dele e não apenas com ele...* – (2.º parágrafo), a autora revela que

- (A) sua visão de mundo destoa do pensamento do escritor.
- (B) seu mundo agora deixa de existir e vale o do escritor.
- (C) sua reflexão está integrada ao pensamento do escritor.
- (D) seu modo de pensar anula o pensamento do escritor.
- (E) seu pensamento suplanta a perspectiva do escritor.

13. Sem que haja mudança de sentido do texto original quanto à conjunção empregada e transpondo-se para a voz passiva o período – *De repente, porém, algumas palavras me “pegam”*. – (2.º parágrafo), obtém-se:

- (A) De repente, apesar disso, algumas palavras têm-me pegado.
- (B) De repente, então, têm-me pego algumas palavras.
- (C) De repente, portanto, eu sou pegado por algumas palavras.
- (D) De repente, entretanto, eu sou pego por algumas palavras.
- (E) De repente, inclusive, tenho sido pegado por algumas palavras.

14. O escritor toca nas significações existentes para torná-las destoantes, estranhas, e para conquistar, devido ____ estranheza, uma nova harmonia que se apossa do leitor, envolvendo- ____.

De acordo com a norma-padrão da língua portuguesa, as lacunas da frase devem ser preenchidas, correta e respectivamente, com:

- (A) à ... o
- (B) a ... lhe
- (C) essa ... lhe
- (D) à essa ... o
- (E) a essa ... lhe

15. Assinale a alternativa correta quanto à colocação pronominal.

- (A) De repente, porém, algumas palavras me pegam. O escritor insensivelmente as desviou de seu sentido comum. Invade-me o escritor, e passo a pensar de dentro dele. Sinto que o livro que eu lia se apossa de mim.
- (B) De repente, porém, algumas palavras me pegam. O escritor, insensivelmente, as desviou de seu sentido comum. Me invade o escritor, e passo a pensar de dentro dele. Sinto que se apossa de mim o livro que eu lia.
- (C) De repente, porém, me pegam algumas palavras. O escritor, insensivelmente, desviou-as de seu sentido comum. Invade-me o escritor, e passo a pensar de dentro dele. Sinto que o livro que eu lia apossa-se de mim.
- (D) De repente, porém, pegam-me algumas palavras. O escritor, insensivelmente, as desviou de seu sentido comum. Me invade o escritor, e passo a pensar de dentro dele. Sinto que apossa-se de mim o livro que eu lia.
- (E) De repente, porém, me pegam algumas palavras. O escritor insensivelmente desviou-as de seu sentido comum. Invade-me o escritor, e passo a pensar de dentro dele. Sinto que apossa-se de mim o livro que eu lia.

16. Assinale a alternativa correta quanto à pontuação.

- (A) Merleau-Ponty, escreve que ler, é fazer a experiência da “retomada do pensamento de outrem através de sua palavra”, ou seja, é uma reflexão em outrem.
- (B) Merleau-Ponty escreve que ler, é fazer a experiência da “retomada do pensamento de outrem através de sua palavra” ou seja é uma reflexão em outrem.
- (C) Merleau-Ponty, escreve que ler é fazer a experiência da “retomada do pensamento de outrem através de sua palavra” ou seja é uma reflexão em outrem.
- (D) Merleau-Ponty escreve que, ler é fazer a experiência da “retomada do pensamento de outrem através de sua palavra”, ou seja, é uma reflexão em outrem.
- (E) Merleau-Ponty escreve que ler é fazer a experiência da “retomada do pensamento de outrem através de sua palavra”, ou seja, é uma reflexão em outrem.

17. Assinale a alternativa correta quanto à concordância.

- (A) As coisas indicadas pelas palavras e a língua que conheço me faz entender o que está escrito.
- (B) Novos sentidos das palavras compõem uma nova forma de ler, na qual eu e o escritor agimos colaborativamente.
- (C) Contribuí para a leitura que faço distraidamente de um livro alguns pensamentos meus.
- (D) Seguindo a perspectiva de Merleau-Ponty, entende-se que se enriquece os nossos próprios pensamentos com a reflexão em outrem.
- (E) Os desvios de sentido das palavras mostram que nelas não cabe sentidos únicos: existe sempre mais possibilidades.

18. Segundo o dicionário Houaiss, a personificação é uma “figura de retórica pela qual se atribui a um ser inanimado ou abstrato características tipicamente humanas”. Tal definição é comprovada com a seguinte passagem do texto:

- (A) Insensivelmente, o escritor as desviou de seu sentido comum e costumeiro...
- (B) Escritor e leitor possuem o mesmo repertório disponível de palavras, coisas, fatos, experiências...
- (C) Começo distraidamente a ler um livro.
- (D) O livro que eu parecia soberanamente dominar apossa-se de mim, interpela-me, arrasta-me para o que eu não sabia, para o novo.
- (E) Contribuo com alguns pensamentos, julgo entender o que está escrito porque conheço a língua e as coisas indicadas pelas palavras...

CONHECIMENTOS GERAIS

MATEMÁTICA

19. Luís, Mário e Nair compram uma mesma mercadoria e na mesma loja. As condições de pagamento incluem certa porcentagem de desconto para pagamento à vista, e isenção da taxa fixa de entrega em domicílio para retirada da mercadoria na própria loja. A tabela a seguir indica as opções feitas por cada um na compra da mercadoria, e o valor total pago.

	Compra à vista	Compra a prazo	Retirada na loja	Entrega em domicílio	Total
Luís	x			x	R\$ 134,00
Mário		x		x	R\$ 139,70
Nair		x	x		R\$ 119,70

De acordo com os dados do problema, a porcentagem de desconto dada pela loja na compra dessa mercadoria à vista é de

- (A) 5%.
(B) 4,5%.
(C) 4%.
(D) 5,5%.
(E) 6%.
20. Alésio, Bernardo e Cláudio investiram dinheiro, juntos, em um negócio. Cláudio investiu dois terços do que Bernardo investiu. Bernardo investiu 20% do total investido por Alésio e Cláudio juntos. Se o investimento total dos três nesse negócio foi de R\$ 19.080,00, então aquele que colocou menos dinheiro investiu
- (A) R\$ 2.660,00.
(B) R\$ 3.816,00.
(C) R\$ 2.060,00.
(D) R\$ 3.180,00.
(E) R\$ 2.120,00.
21. Um campo de uma planilha pode ser preenchido com um número inteiro de 1 até 96. Se esse campo for preenchido aleatoriamente com um desses números, a probabilidade de que o número não tenha algarismo igual a 2 será de, aproximadamente,
- (A) 82,4%.
(B) 80,2%.
(C) 82,8%.
(D) 84,6%.
(E) 86,6%.

22. Quando completada por meio da lógica descrita, a tabela a seguir possui 10 linhas e 10 colunas.

$$\begin{bmatrix} 2 & 4 & 6 & \dots & 20 \\ 4 & 6 & 8 & \dots & 22 \\ 6 & 8 & 10 & \dots & 24 \\ \vdots & \vdots & \vdots & \dots & \vdots \\ 20 & 22 & 24 & \dots & \vdots \end{bmatrix}$$

A soma dos 100 elementos dessa tabela é igual a

- (A) 2 110.
(B) 2 024.
(C) 2 200.
(D) 2 000.
(E) 2 210.
23. Um “cofrinho de economias” contém apenas x moedas de 10 centavos e y moedas de 25 centavos. Acrescentando-se nesse cofrinho mais x moedas de 50 centavos e y moedas de 1 real, o cofrinho ficará com 82 moedas, totalizando R\$ 36,30. O total de dinheiro desse cofrinho, proveniente apenas das moedas de 25 centavos, é de
- (A) R\$ 4,25.
(B) R\$ 4,50.
(C) R\$ 3,75.
(D) R\$ 4,00.
(E) R\$ 5,75.
24. Para pintar completamente uma parede, são necessários 4,8 litros de tinta pura, ou 6,3 litros de uma mistura de tinta pura com um produto químico. Sabe-se que a mistura de tinta tem que ser feita com 5 partes de tinta pura para cada 4 partes de produto químico. Se o custo dos 4,8 litros de tinta é igual ao dos 6,3 litros de mistura de tinta, a razão entre o preço do litro do produto químico pelo preço do litro de tinta pura, nessa ordem, é
- (A) $\frac{13}{28}$.
(B) $\frac{17}{28}$.
(C) $\frac{1}{2}$.
(D) $\frac{15}{28}$.
(E) $\frac{4}{7}$.

25. O Congresso promulgou na terça-feira, 2 de abril de 2013, a PEC (Proposta de Emenda Constitucional) que amplia os direitos das empregadas domésticas de todo o país.

(Folha de S.Paulo, 02.04.13)

Entre os direitos conquistados recentemente pelas empregadas domésticas, podem-se citar

- (A) o reajuste salarial anual e o adicional por insalubridade.
- (B) as férias remuneradas de 45 dias e a jornada diária de trabalho de 12 horas.
- (C) o pagamento de hora extra e o pagamento de adicional noturno.
- (D) a estabilidade no emprego e a aposentadoria integral.
- (E) a aposentadoria aos 55 anos de idade e a isenção de imposto de renda.

26. **OBAMA VOLTA A PRESSIONAR PELO FECHAMENTO DE PRISÃO DE GUANTÁNAMO**

Presidente disse que voltará a discutir o assunto com parlamentares e classificou centro de detenção para suspeitos de terrorismo como “ineficiente”.

O presidente americano Barack Obama voltou a pressionar o Congresso na terça-feira, 30 de abril de 2013, a aprovar o fechamento da prisão de Guantánamo, em Cuba. O fechamento do centro de detenção de Guantánamo é uma promessa eleitoral não cumprida do democrata.

(veja.com, 30.04.13. Adaptado)

O que motivou Obama a retomar a promessa de fechamento de Guantánamo foi

- (A) o aumento significativo de atentados antiamericanos no Afeganistão nos últimos meses, todos reivindicando o fim da prisão política norte-americana.
- (B) a pressão exercida sobre os EUA pelo Conselho de Segurança da ONU, que vem cobrando dos norte-americanos mais atenção aos direitos humanos.
- (C) a greve de fome de dezenas de prisioneiros acusados de terrorismo, como forma de protestar contra a detenção indefinida e sem acusação formal.
- (D) o crescimento da procura, nos países árabes, por vistos de entrada nos EUA, o que pode significar o aumento do número de terroristas em potencial.
- (E) a ameaça da rede terrorista Al Qaeda de atacar importantes alvos norte-americanos como resposta à existência da base militar dos EUA em Cuba.

27. Acusado de envolvimento com narcotráfico, lavagem de dinheiro e de ser o maior contrabandista de cigarros para o Brasil, o multimilionário Horacio Cartes, do Partido Colorado, será o próximo presidente do Paraguai, indicam resultados da apuração divulgados no domingo, 21 de abril de 2013. Com Cartes, um novato na política, os colorados retomam sua histórica hegemonia sobre o poder paraguaio, dez meses após a queda de Fernando Lugo.

(estadao.com.br, 21.04.13)

A vitória de Horacio Cartes nas eleições paraguaias pode ter consequências importantes para a relação do Paraguai com o Brasil. Entre as mudanças esperadas, está

- (A) a realização de uma ampla reforma agrária no Paraguai, que amplie o acesso dos brasiguaios à terra e garanta que esses produtores de soja não tenham as suas propriedades ameaçadas por trabalhadores rurais sem terra.
- (B) o reajuste da tarifa energética paga pelo Brasil na compra da energia gerada em Itaipu que cabe ao Paraguai, de forma a aproximar os valores pagos ao preço médio internacional da energia, pois hoje os valores estão defasados.
- (C) a redução drástica das atividades de tráfico de drogas e de contrabando do Paraguai para o Brasil, já que essa é a área de atuação política do candidato eleito e foi uma das suas principais bandeiras de campanha.
- (D) a reintegração do Paraguai ao Mercosul, do qual havia sido suspenso desde o *impeachment* relâmpago sofrido pelo ex-presidente Fernando Lugo, que gerou dúvidas sobre a plena vigência democrática no país.
- (E) o pagamento imediato da dívida que o Paraguai contraiu com o Brasil nos anos 1970, à época da construção da usina hidrelétrica de Itaipu, devido à proximidade ideológica que o novo presidente paraguaio tem com o governo brasileiro.

28. O Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central informou, em ata divulgada na quinta-feira (25 de abril de 2013), que a decisão da semana passada de elevar a taxa de juros, de 7,25% para 7,50% ao ano, deve-se à necessidade de “neutralizar risco” de disparada da inflação no país, principalmente em 2014.

(G1, 25.04.13)

A alta dos juros promovida pelo Banco Central tem como objetivo “neutralizar risco” de disparada da inflação. Um efeito colateral da medida, no entanto, pode ser

- (A) a diminuição da entrada de capital estrangeiro.
- (B) o aumento da expectativa de inflação a longo prazo.
- (C) a queda contínua da bolsa de valores.
- (D) o aumento crescente do risco país.
- (E) a redução do crescimento econômico.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

29. No sistema operacional Windows 7,
- (A) a sua calculadora emula diversas calculadoras populares, como a HP12C.
 - (B) o Painel de Visualização permite visualizar o conteúdo de um arquivo sem a necessidade de abri-lo, desde que ele tenha sido gerado pelo MS-Office.
 - (C) a Barra de Ferramentas pode ser movida também para a parte superior da tela, mas não pode ser colocada na parte direita ou esquerda.
 - (D) as Notas Autoadesivas, que ficam na Área de trabalho, podem receber formatação do texto e alteração de sua cor.
 - (E) o Paint se transformou em uma versão simplificada do AutoCad.

30. A ferramenta ClearType do sistema operacional Windows 7 se destina a

- (A) simplificar a digitação de textos, corrigindo automaticamente os erros de ortografia.
- (B) substituir a digitação de textos feita com o teclado por reconhecimento de voz do usuário.
- (C) melhorar a legibilidade do texto exibido na tela, tornando-o o mais nítido possível.
- (D) substituir o tipo da fonte de caracteres utilizada por uma mais apropriada a cada contexto.
- (E) transformar em som todos os textos digitados pelo usuário.

31. Um usuário do processador de texto Word, do pacote Microsoft Office 2010, deseja formatar um parágrafo do texto que está sendo editado, visando deixá-lo alinhado tanto à margem esquerda quanto à margem direita do documento, com a inserção automática de espaços extras entre palavras, se necessário. Esse documento possui somente uma coluna.

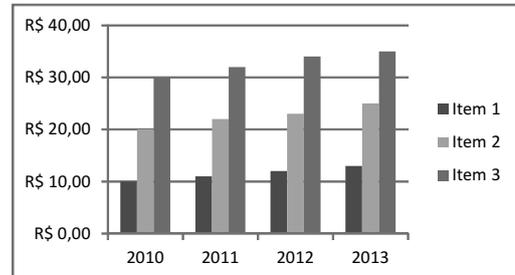
O recurso que realiza tal ação e seu respectivo ícone estão corretamente apresentados em:

- (A) Justificar – 
- (B) Centralizar – 
- (C) Justificar – 
- (D) Centralizar – 
- (E) Alinhar Texto – 

32. Considere a seguinte planilha, elaborada no Excel, do pacote Microsoft Office 2010, que mostra a evolução de preços de três itens durante um período de quatro anos consecutivos.

A	B	C	D	E
	2010	2011	2012	2013
Item 1	R\$ 10,00	R\$ 11,00	R\$ 12,00	R\$ 13,00
Item 2	R\$ 20,00	R\$ 22,00	R\$ 23,00	R\$ 25,00
Item 3	R\$ 30,00	R\$ 32,00	R\$ 34,00	R\$ 35,00

A partir dessa planilha, que foi selecionada, gerou-se o gráfico mostrado a seguir, por meio da guia Inserir, grupo Gráficos.



Esse gráfico é do tipo

- (A) Área 2D.
 - (B) Coluna 2D.
 - (C) Barra 2D.
 - (D) Barra 3D.
 - (E) Coluna 3D.
33. Na rede mundial de computadores, a internet, os serviços e todos os recursos são disponibilizados utilizando o padrão de identificação estabelecido pelo W3C. Nesse padrão, um exemplo de endereço de *e-mail* válido é o apresentado em:
- (A) `www@email@com.br`
 - (B) `fulano@empresa.com.br`
 - (C) `@fulano.industria.com.br`
 - (D) `www.email.org`
 - (E) `email.com.br`
34. Considerando o Windows Explorer do sistema operacional Windows 7, em sua configuração padrão, no modo de exibição Lista são exibidas informações
- (A) do tipo de licença do Windows.
 - (B) da versão do Windows em uso.
 - (C) do nome e do tamanho dos arquivos.
 - (D) apenas do nome dos arquivos.
 - (E) do nome e da data da última modificação dos arquivos.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO ADMINISTRATIVO

35. É a modalidade de licitação, em tese, obrigatória para as alienações imobiliárias, as concessões de uso, serviços e obras públicas, o registro de preços e para os contratos de grande vulto, aberta com publicidade, que admite qualquer licitante cuja habilitação será apurada no início do procedimento.

Assinale a alternativa que contém a modalidade de licitação a que o texto se refere.

- (A) Convite.
- (B) Pregão.
- (C) Concorrência.
- (D) Tomada de Preço.
- (E) Concurso.

36. É dispensável a licitação

- (A) para contratação de qualquer profissional desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.
- (B) para a contratação de serviços técnicos de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização.
- (C) para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo.
- (D) quando houver inviabilidade de competição.
- (E) nos casos de guerra ou grave perturbação da ordem.

37. Com relação à Bolsa Eletrônica de Compras/Pregão, assinale a alternativa correta.

- (A) Os interessados em operar no Sistema BEC/SP – Dispensa de Licitação – deverão estar registrados no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado de São Paulo – CAUFESP.
- (B) Obras e serviços de engenharia, de qualquer valor, poderão ser contratados por meio de Pregão.
- (C) A fase preparatória do Pregão será iniciada com a convocação dos interessados.
- (D) Durante todo o período da cotação eletrônica, somente os licitantes poderão acompanhar o seu andamento no endereço eletrônico da BEC/SP.
- (E) A convocação dos interessados em participar do Pregão será efetuada exclusivamente por meio eletrônico quando o valor estimado para a contratação for igual ou superior a R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais).

38. No tocante aos limites de despesa com pessoal e à Lei de Responsabilidade Fiscal, assinale a alternativa correta.

- (A) Os valores dos contratos de terceirização de mão de obra que se referem à substituição de servidores e empregados públicos não serão contabilizados como “Outras Despesas de Pessoal”.
- (B) A despesa total com pessoal será apurada somando-se a realizada no mês em referência com as dos onze imediatamente anteriores, adotando-se o regime de competência.
- (C) A despesa total com pessoal não poderá exceder a 30% da receita líquida dos Estados.
- (D) Compete aos Tribunais de Justiça dos Estados verificar os cálculos dos limites da despesa total com pessoal de cada Poder.
- (E) Serão computados os gastos com indenização por demissão de servidores ou empregados na verificação do atendimento dos limites de despesa total com pessoal.

DIREITO CONSTITUCIONAL

39. Com relação à Fiscalização Contábil, Financeira e Orçamentária, prevista nas Constituições Federal e Estadual, é correto afirmar que

- (A) a Assembleia Legislativa prestará suas contas, anualmente, ao Tribunal de Contas.
- (B) o controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Senado Federal.
- (C) qualquer cidadão é parte legítima para, na forma da lei, denunciar irregularidades ao Tribunal de Contas ou à Assembleia Legislativa.
- (D) o controle externo, a cargo da Assembleia Legislativa, será exercido com auxílio do Tribunal de Justiça.
- (E) as decisões do Tribunal de Contas da União de que resulte imputação de débito ou multa não terão eficácia de título executivo.

40. Com relação aos precatórios, é correto afirmar que

- (A) os pagamentos devidos pela Fazenda Estadual, em virtude de sentença judiciária, far-se-ão por precatórios, autorizada a designação de casos ou pessoas nas dotações orçamentárias.
- (B) autoriza-se a expedição de precatórios como fracionamento, repartição ou quebra do valor da execução.
- (C) os precatórios de natureza alimentícia não terão direito à preferência sobre quaisquer outros débitos.
- (D) poderão ser expedidos precatórios complementares ou suplementares de valor pago.
- (E) o Presidente do Tribunal de Justiça incorrerá em crime de responsabilidade se, por ato comissivo ou omissivo, retardar ou tentar frustrar a liquidação regular de precatórios.

41. Ao Servidor Público do Estado
- (A) da administração direta, a lei assegurará isonomia de vencimentos para cargos de atribuições iguais ou assemelhados do mesmo Poder, incluindo as vantagens de caráter individual.
 - (B) ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração, não se aplica o regime geral de previdência social.
 - (C) será assegurado o direito de remoção para igual cargo ou função, no lugar de residência do cônjuge, se este também for servidor e houver vaga, nos termos da lei.
 - (D) da administração direta, a lei assegurará isonomia de vencimentos para cargos de atribuições iguais ou assemelhados do mesmo Poder ou não, incluindo as vantagens relativas ao local de trabalho.
 - (E) titular de cargo efetivo não será contado, como efetivo exercício, o tempo de contribuição decorrente de serviço prestado em cartório não oficializado.
42. É correto afirmar que
- (A) o Banco Central poderá conceder empréstimos ao Tesouro Nacional e a qualquer órgão ou entidade.
 - (B) as emendas ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias poderão ser aprovadas mesmo que revelem incompatibilidade com o Plano Plurianual.
 - (C) não serão admitidas emendas ao Projeto de Lei do Orçamento Anual.
 - (D) a competência da União para emitir moeda será exercida exclusivamente pelo Banco do Brasil.
 - (E) a Lei de Diretrizes Orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública estadual.

LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA

43. Para os efeitos da Lei de Responsabilidade Fiscal, a sociedade cuja maioria do capital social com direito a voto pertença, direta ou indiretamente, a ente da Federação entende-se como empresa
- (A) estatal subsidiária.
 - (B) controladora.
 - (C) estatal independente.
 - (D) controlada.
 - (E) estatal híbrida.

44. “A emissão de títulos para pagamento do principal acrescido da atualização monetária” corresponde, nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal, à definição de
- (A) dívida pública mobiliária.
 - (B) dívida pública consolidada.
 - (C) refinanciamento da dívida mobiliária.
 - (D) concessão de garantia.
 - (E) operação de crédito.
45. Junto ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, funcionarão, nos moldes estabelecidos em lei e segundo as regras do Regimento Interno, o Ministério Público e a
- (A) Secretaria do Planejamento do Estado.
 - (B) Secretaria de Finanças do Estado.
 - (C) Secretaria da Fazenda do Estado.
 - (D) Procuradoria da Fazenda do Estado.
 - (E) Defensoria Pública do Estado.
46. Nos termos da Resolução do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, que dispõe sobre a regulamentação da publicação de informações alusivas à gestão orçamentária e financeira, aos quadros de pessoal e respectivas estruturas remuneratórias dos tribunais e conselhos, a retribuição pelo exercício de cargo em comissão ou função comissionada, incluindo a diferença de subsídio no caso de conselheiros ou juizes auxiliares, considera-se
- (A) Função ou Cargo Comissionado.
 - (B) Remuneração Paradigma.
 - (C) Remuneração de Origem.
 - (D) Cargo no CNJ.
 - (E) Vantagem Eventual.

47. De acordo com o que estabelece a Constituição Federal acerca da matéria, é obrigatória a inclusão, no orçamento das entidades de direito público, de verba necessária ao pagamento de seus débitos, oriundos de sentenças transitadas em julgado, constantes de precatórios judiciais apresentados até
- (A) 30 de junho.
 - (B) 1.º de julho.
 - (C) 1.º de agosto.
 - (D) 28 de dezembro.
 - (E) 30 de março.

48. Tratando-se de encargos trabalhistas a serem pagos às empresas contratadas para prestar serviços de forma contínua no âmbito dos Tribunais ou Conselhos, o setor de controle interno ou setor financeiro é competente para definir, inicialmente, os percentuais a serem aplicados para os descontos e depósitos. A conferência, contudo, da aplicação sobre as folhas de salário mensais das empresas e a realização das demais verificações pertinentes cabem ao setor de
- (A) contabilidade ou setor de serviços privados.
 - (B) verificação de contratos ou setor concedente.
 - (C) verificação de contratos ou setor jurídico.
 - (D) contabilidade ou setor de contratação.
 - (E) execução orçamentária ou setor financeiro.
49. Acerca das demonstrações financeiras, conforme disciplinadas pela Lei n.º 6.404/76, é correto afirmar que a escrituração da companhia será mantida em registros permanentes, com obediência aos preceitos da legislação comercial e da referida lei e aos princípios da contabilidade geralmente aceitos, devendo observar métodos ou critérios contábeis uniformes no tempo e registrar as mutações patrimoniais segundo o regime de
- (A) frequência.
 - (B) seletividade.
 - (C) prioridade.
 - (D) permanência.
 - (E) competência.
50. No balanço patrimonial, nos termos da Lei n.º 6.404/76, as contas serão classificadas segundo os elementos do patrimônio que registrem, e agrupadas de modo a facilitar o conhecimento e a análise da situação financeira da companhia. Nesse sentido, é correto afirmar que o patrimônio líquido figura entre as contas do
- (A) passivo.
 - (B) ativo.
 - (C) passivo não circulante.
 - (D) ativo circulante.
 - (E) ativo não circulante.
51. De acordo com o diploma legislativo que dispõe sobre normas gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, Estados, Municípios e Distrito Federal, a aquisição de Títulos Representativos de Capital de Empresa em Funcionamento classifica-se como
- (A) investimento.
 - (B) transferência de capital.
 - (C) despesa de custeio.
 - (D) inversão financeira.
 - (E) transferência corrente.
52. São créditos adicionais, nos termos da lei que disciplina a matéria, as autorizações de despesa não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei do Orçamento. Os créditos adicionais destinados a reforço de dotação orçamentária são denominados
- (A) especiais.
 - (B) excepcionais.
 - (C) suplementares.
 - (D) extraordinários.
 - (E) complementares.

CONTABILIDADE GERAL

53. De acordo com o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), o Patrimônio Líquido
- (A) é exigível no caso de liquidação da sociedade empresarial.
 - (B) representa a parcela do passivo oneroso que financia todos os ativos de uma entidade.
 - (C) representa a somatória do Capital e do Endividamento empresarial.
 - (D) representa a riqueza total da entidade, compreendendo o capital próprio e o de terceiros.
 - (E) representa o valor residual dos ativos da entidade depois de deduzidos todos os seus passivos.
54. Os ativos, representados no lado esquerdo do balanço patrimonial, são assim denominados porque
- (A) significam os valores alocados às contas de Capital da entidade.
 - (B) são as contas utilizadas para contabilizar os recursos em ação na sociedade, e, quando bem utilizados, geram acréscimos e ganhos patrimoniais.
 - (C) não são valores imobilizados durante o ciclo operacional da entidade.
 - (D) junto com os passivos contabilizados e o patrimônio líquido constituem as origens dos recursos da entidade.
 - (E) apresentam característica de financiadores das atividades empresariais.
55. As variações positivas nas contas dos passivos ocorrem quando
- (A) há fatos e atos permutativos.
 - (B) essas contas são debitadas e creditadas.
 - (C) os débitos são maiores que os créditos.
 - (D) as contas são debitadas.
 - (E) as contas são creditadas.

Considere as seguintes informações para responder às questões de números **56 a 58**.

O Balancete de Verificação da Cia. Aldrovandis em 31/12/X1 apresentava os seguintes saldos nas contas: Depósitos Bancários \$ 5.000; Reservas de Lucros \$ 3.250; Fornecedores \$ 82.000; Duplicatas a Receber \$ 28.550; Capital \$ 170.000; Imóveis \$ 92.000; Empréstimos \$ 55.300 e Mercadorias \$ 185.000.

56. Considere, onde cabível, contas de curto prazo para assinalar a alternativa correta.

- (A) Total do Passivo = \$ 218.550.
- (B) Capital Circulante Líquido = \$ 81.250.
- (C) Patrimônio Líquido = \$ 170.250.
- (D) Total do Ativo = \$ 218.550.
- (E) Passivo Circulante = \$ 55.300.

57. Assinale a alternativa correta, utilizando os valores informados:

- (A) Ativo não Circulante = \$ 92.000 e Passivo Circulante = \$ 137.300.
- (B) Ativo Circulante = \$ 218.550 e Patrimônio Líquido = \$ 173.200.
- (C) Patrimônio Líquido = \$ 173.250 e Passivo Total = \$ 311.550.
- (D) Ativo Circulante = \$ 87.000 e Ativo não Circulante = \$ 92.000.
- (E) Ativo de Liquidez Imediata = \$ 5.000 e Passivo Oneroso = \$ 55.000.

58. Com base nas contas do Balancete de Verificação da Cia. Aldrovandis, assinale a alternativa correta.

- (A) Índice de Rotação dos Estoques (considerando o CMV de \$ 500.000) = 2,4 vezes ao ano.
- (B) Índice de Rentabilidade da Cia. = 0,12:1,00.
- (C) Índice de Endividamento = 0,34:1,00.
- (D) Índice de Imobilização de Capital = 0,62:1,00.
- (E) Índice de Liquidez Corrente = 1,59:1,00.

Considere as seguintes informações para responder às questões de números **59 e 60**.

A empresa LAUNY Indústria e Comércio Ltda. apurou em seus registros contábeis os seguintes saldos:

Venda de Mercadorias	\$ 32.000
Venda de Produtos	\$ 122.000
Venda de Serviços	\$ 24.000
ICMS sobre Vendas	\$ 30.000
ISS	\$ 2.000
PIS e COFINS	\$ 4.000
IPI Faturado	\$ 20.000
Custo das Mercadorias Vendidas	\$ 18.000
Custo dos Produtos Vendidos	\$ 46.000
Custo dos Serviços Prestados	\$ 8.000
Despesas Comerciais	\$ 16.000
Despesas Financeiras	\$ 12.000
Receitas Financeiras	\$ 4.000
Despesas Administrativas	\$ 36.000
Receitas de Aluguéis	\$ 10.000
Receita de Venda de Equipamento Usado	\$ 14.000
Custo do Equipamento Vendido	\$ 10.000
Provisão para Imposto de Renda	\$ 3.000
Provisão para Contribuição Social	\$ 2.200
Participação dos Empregados nos Lucros	\$ 1.000
Participação dos Administradores nos Lucros	\$ 800

59. Com base nos valores apresentados, assinale o valor da RECEITA LÍQUIDA.

- (A) \$ 148.000.
- (B) \$ 178.000.
- (C) \$ 122.000.
- (D) \$ 142.000.
- (E) \$ 120.000.

60. Com base nos valores da LAUNY Indústria e Comércio Ltda., assinale o RESULTADO OPERACIONAL LÍQUIDO.

- (A) \$ 16.000.
- (B) \$ 70.000.
- (C) \$ 10.000.
- (D) \$ 20.000.
- (E) \$ 32.000.

Considere as seguintes informações para responder às questões de número 61 e 62.

A Cia. Investidora Corimea adquiriu, em 31/10/20X2, 60% do Cia. Investida Laenuma por \$ 200.000. Em 31/12/20X2, a Cia. Investida Laenuma apurou um resultado de \$ 50.000.

Notação: (D) = Débito; (C) = Crédito

61. Assinale o lançamento que o Contador da Corimea terá que fazer.
- (A) (D) Disponível (C) Resultado de Equivalência Patrimonial \$ 50.000.
 - (B) (D) Investimentos (C) Resultado de Equivalência Patrimonial \$ 50.000.
 - (C) (D) Imobilizado (C) Resultado de Equivalência Patrimonial \$ 50.000.
 - (D) (D) Investimentos (C) Resultado de Equivalência Patrimonial \$ 30.000.
 - (E) (D) Disponível (C) Resultado de Equivalência Patrimonial \$ 30.000.
62. Em 28/04/20X3, a Cia. Investida Laenuma distribuiu \$ 30.000 em dividendos. Qual é o lançamento que o Contador da Corimea terá que fazer?
- (A) (D) Disponível (C) Investimentos \$ 18.000.
 - (B) (D) Disponível (C) Investimentos \$ 30.000.
 - (C) (D) Disponível (C) Receita de Dividendos \$ 18.000.
 - (D) (D) Dividendos a Receber (C) Investimentos \$ 30.000.
 - (E) (D) Disponível (C) Receita de Dividendos \$ 30.000.

AUDITORIA

63. A atividade da Auditoria Interna está estruturada em procedimentos, com enfoque técnico, objetivo, sistemático e disciplinado, e tem a finalidade
- (A) exclusiva de atender aos objetivos do conselho de administração e do conselho fiscal, em busca de eficiência dos controles internos.
 - (B) de reduzir custos com os riscos operacionais, bem como tornar os processos mais otimizados, ganhando em tempo e desempenho.
 - (C) de agregar valor ao resultado financeiro de qualquer organização, reduzindo o número de controles num processo de forma a torná-lo mais eficaz frente à atual busca de rapidez e eficiência de mercado, por meio de recomendação de soluções para as não conformidades apontadas nos relatórios.
 - (D) de agregar valor ao resultado da organização, apresentando subsídios para o aperfeiçoamento dos processos, da gestão e dos controles internos, por meio da recomendação de soluções para as não conformidades apontadas nos relatórios.
 - (E) de agregar valor ao resultado da organização, apresentando subsídios para o aperfeiçoamento dos controles internos, por meio da recomendação de soluções, bem como da eficiência dos trabalhos da auditoria externa de demonstrações financeiras.

64. Constitui(em) documentos e registros dos fatos, informações e provas, obtidas no curso da auditoria, a fim de evidenciar os exames realizados e dar suporte à sua opinião, críticas, sugestões e recomendações. Trata-se
- (A) dos procedimentos de auditoria.
 - (B) do relatório de recomendações.
 - (C) dos papéis de trabalho.
 - (D) das provas de auditoria.
 - (E) do parecer de auditoria.
65. Compreende(m) os exames preliminares das áreas, atividades, produtos e processos, para definir a amplitude e a época do trabalho a ser realizado, de acordo com as diretrizes estabelecidas pela administração da entidade. Trata-se
- (A) da fase final de execução dos trabalhos para emissão do parecer técnico.
 - (B) do planejamento dos trabalhos.
 - (C) dos procedimentos de auditoria.
 - (D) da documentação dos trabalhos de auditoria.
 - (E) do relatório de recomendações.
66. Na Auditoria Interna, os testes de observância visam à obtenção de razoável segurança de que os controles internos estabelecidos pela administração estão em efetivo funcionamento, inclusive quanto ao seu cumprimento pelos funcionários e administradores da entidade. A respeito da aplicação de procedimentos de auditoria, o de obtenção de informações perante pessoas físicas ou jurídicas conhecedoras das transações e das operações, dentro ou fora da entidade, refere-se aos procedimentos de
- (A) investigação e confirmação.
 - (B) indagação e investigação.
 - (C) inspeção e observação.
 - (D) indagação e confirmação.
 - (E) confirmação e observação.
67. Ao se determinar a extensão de um teste de auditoria ou um método de seleção de itens a serem testados, podem ser empregadas técnicas de
- (A) busca.
 - (B) revisão.
 - (C) amostragem.
 - (D) investigação.
 - (E) identificação.

68. O relatório é o documento pelo qual a Auditoria Interna apresenta o resultado dos seus trabalhos, devendo ser redigido com objetividade e imparcialidade, de forma a expressar, claramente, suas conclusões, recomendações e providências a serem tomadas pela administração da entidade. Neste contexto, o relatório da Auditoria Interna deve abordar, no mínimo, os seguintes aspectos:
- (A) a metodologia adotada; os principais processos de auditoria aplicados e sua extensão; a descrição dos fatos encontrados e as evidências constatadas; e as conclusões e as recomendações resultantes dos fatos constatados.
 - (B) o objetivo e a extensão dos trabalhos; os principais processos de auditoria aplicados e sua extensão; e a descrição dos fatos encontrados e as evidências constatadas; os riscos associados aos fatos constatados.
 - (C) os principais processos de auditoria aplicados e sua extensão; eventuais pós-limitações ao alcance dos procedimentos de auditoria; a descrição dos fatos encontrados e as evidências constatadas; e os riscos associados aos fatos constatados.
 - (D) a metodologia adotada; os principais processos de auditoria aplicados e sua extensão; o objetivo e a extensão dos trabalhos; e a descrição dos fatos encontrados e as evidências constatadas.
 - (E) o objetivo e a extensão dos trabalhos; a metodologia adotada; os riscos associados aos fatos constatados; e as conclusões e as recomendações resultantes dos fatos constatados.
69. Numa estrutura de governança corporativa de uma empresa, em relação principalmente ao aspecto de independência, a Auditoria Interna deverá ser subordinada ao
- (A) Comitê de auditoria externa.
 - (B) Diretor financeiro.
 - (C) Controller.
 - (D) Conselho de administração.
 - (E) Conselho fiscal.
70. De acordo com as Normas Profissionais do Auditor Interno, no que tange à responsabilidade na execução dos trabalhos, o Auditor Interno deve ter o máximo de cuidado, imparcialidade e zelo na sua realização e na exposição das conclusões. A amplitude do trabalho do Auditor Interno e sua responsabilidade estão
- (A) limitadas à sua área de atuação.
 - (B) restritas às áreas financeiras, uma vez que são uma forma de controle da administração.
 - (C) limitadas a controles relacionados às demonstrações financeiras.
 - (D) condicionadas à execução de trabalhos previamente acordados.
 - (E) ilimitadas, uma vez que respondem à autoridade máxima de uma empresa.
71. Fundamentado na Resolução CFC n.º 1.111/07, o Princípio da Prudência, segundo as perspectivas do setor público, menciona que as estimativas de valores que afetam o patrimônio devem refletir a aplicação de procedimentos de mensuração que prefiram montantes menores para ativos, entre alternativas igualmente válidas, e valores maiores para passivos. Quanto à aplicação do referido princípio,
- (A) considera ou não os excessos ou as situações classificáveis como manipulação do resultado, passivos ocultos, superavaliação de ativos ou subavaliação das obrigações de longo prazo. Em ato contínuo, em consonância com os Princípios Constitucionais da Administração Pública, deve constituir garantia de inexistência de valores fictícios, de interesses de grupos ou pessoas, especialmente gestores, ordenadores e controladores.
 - (B) não deve levar a excessos ou a situações classificáveis como resultados incongruentes, ocultação ou superavaliação de passivos, super ou subavaliação de ativos. Em ato contínuo, em consonância com os Princípios Constitucionais, deve constituir garantia de inexistência de valores fictícios, de interesses de grupos ou pessoas, especialmente gestores, ordenadores e controladores.
 - (C) considera os excessos ou as situações classificáveis como manipulação do resultado, ocultação de passivos, super ou subavaliação de ativos. A par e passo, em consonância com os Princípios da Administração Pública, pode constituir garantia de inexistência de valores adicionados aos efetivamente verdadeiros em consonância com o custo histórico, de interesses de grupos ou pessoas, especialmente gestores, ordenadores e controladores.
 - (D) não deve levar a excessos ou a situações classificáveis como manipulação do resultado, ocultação de passivos, super ou subavaliação de ativos. Pelo contrário, em consonância com os Princípios Constitucionais da Administração Pública, deve constituir garantia de inexistência de valores fictícios, de interesses de grupos ou pessoas, especialmente gestores, ordenadores e controladores.
 - (E) não deve levar a excessos ou a situações classificáveis como resultados incongruentes, ocultação ou superavaliação de passivos, super ou subavaliação de ativos. Em ato contínuo, em consonância com os Princípios Constitucionais da Administração Pública, deve constituir a possível garantia de inexistência de valores fictícios, de interesses de grupos ou pessoas, especialmente gestores do poder executivo.

72. Segundo a NBC T 16.11, o SICSP (Subsistema de Informação de Custos do Setor Público) de bens e serviços e outros objetos de custos públicos tem alguns objetivos. Com relação a isso, classifique cada um dos objetivos seguintes em verdadeiro (V) ou falso (F).

- () Apoiar e interpretar a avaliação de custos de produtos, serviços, inclusive financeiros, permitindo a comparação com períodos anteriores e outras entidades.
- () Mensurar, registrar e evidenciar os custos dos produtos, serviços, programas, projetos, atividades, ações, órgãos e outros objetos de custos da entidade.
- () Apoiar a avaliação de resultados e desempenhos, permitindo a comparação entre os custos da entidade com os custos de outras entidades públicas, estimulando a melhoria do desempenho dessas entidades.
- () Apoiar a tomada de decisão em processos, tais como comprar ou alugar, produzir internamente ou terceirizar determinado bem ou serviço.
- () Apoiar as funções de planejamento e orçamento, fornecendo informações que permitam projeções mais aderentes à realidade com base em custos incorridos e projetados.
- () Apoiar programas de controle de custos e de melhoria da qualidade do gasto.

Assinale a classificação correta, de cima para baixo.

- (A) F, F, V, F, V, V.
- (B) V, F, V, V, F, V.
- (C) V, V, F, V, V, F.
- (D) V, V, V, F, V, F.
- (E) F, V, V, V, V, V.

73. Classifique cada grupo que estrutura o patrimônio público como verdadeiro (V); classifique como falso (F) cada grupo que não o estrutura.

- () Ativos são recursos controlados pela entidade como resultado de eventos passados e do qual se espera que resultem para a entidade benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços.
- () Passivos são obrigações presentes da entidade, derivadas de eventos passados, cujos pagamentos se esperam que resultem para a entidade saídas de recursos capazes de gerar benefícios econômicos ou potencial de serviços.
- () Resultado patrimonial e resultado financeiro controlados por transferências das contas da receita orçamentária arrecadada no exercício.
- () Patrimônio Líquido é o valor residual dos ativos da entidade depois de deduzidos todos seus passivos.

A classificação correta, de cima para baixo, é:

- (A) V, V, V, F.
- (B) V, V, F, V.
- (C) V, V, V, V.
- (D) F, F, V, V.
- (E) F, F, F, V.

74. A NBC T 16.10, aprovada pela Resolução CFC n.º 1.137/08, promulgou que as disponibilidades são mensuradas ou avaliadas pelo

- (A) custo corrigido, feita a conversão, à taxa de câmbio do dólar ou euro vigente na data do Balanço Patrimonial.
- (B) valor original, feita a conversão, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data do Balanço Patrimonial.
- (C) custo de aquisição, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data da operação.
- (D) valor em moeda constante, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data encerramento do resultado do exercício fiscal.
- (E) valor atualizado, feita a conversão, à taxa de câmbio do dólar ou euro vigente na data do Balanço Patrimonial.

75. Uma determinada entidade do setor público, com respeito a todas as determinações legais e constitucionais, inclusive seu estatuto, determinou a construção de uma máquina de grande porte que vá ao encontro do objeto fim da sociedade. Para a construção da referida máquina, foram gastos:

I. Materiais diversos = R\$ 14.560.000.

II. Mão de obra contratada de terceiro, incluindo serviços de engenharia = R\$ 2.440.000.

III. Mão de obra direta, pessoal próprio = R\$ 1.000.000.

IV. Gastos adicionais = R\$ 2.000.000.

Fundamentado na NBC T 16.10, aprovada pela Resolução CFC n.º 1.137/08, o valor a ser registrado como Ativo Imobilizado é de R\$

- (A) 17.000.000.
- (B) 18.000.000.
- (C) 17.560.000.
- (D) 20.000.000.
- (E) 14.560.000.

76. Classifique em (V) para verdadeiro e (F) para falso.

As demonstrações contábeis devem divulgar, para cada classe de imobilizado, em nota explicativa:

- () o método utilizado, a vida útil econômica e a taxa utilizada;
- () o valor contábil bruto e a depreciação, a amortização e a exaustão acumuladas no início e no fim do período;
- () o valor contábil líquido e a depreciação, a amortização e a exaustão acumuladas no período;
- () as mudanças nas estimativas em relação a valores residuais, vida útil econômica, método e taxa utilizados;
- () as variações nas estimativas em relação ao valor contábil líquido, vida útil reavaliada, método e taxa utilizados;

A classificação correta, de cima para baixo, é:

- (A) F, F, V, F, V.
- (B) V, F, V, F, F.
- (C) V, V, F, V, F.
- (D) F, V, F, V, V.
- (E) F, V, F, F, V.

77. O Plano de Contas Único do Sistema Integrado da Administração Financeira foi criado pelo Decreto n.º 40.566 de 1995, do Estado de São Paulo, que tem abrangência sobre vários entes da administração. São eles:

- (A) órgãos da administração indireta e as sociedades de economia mista.
- (B) autarquias, secretarias, terceiro setor, e administração direta e por regime especial.
- (C) órgãos da administração direta, inclusive as secretarias, autarquias e terceiro setor.
- (D) sociedades de economia mista, administração direta e indireta, bem como sociedade privada, quando aprovado regime especial.
- (E) órgãos da administração direta; e entidades da administração indireta, inclusive as autarquias de regime especial.

78. O Balanço Orçamentário evidencia

- (A) as receitas e as despesas orçamentárias, detalhadas em níveis relevantes de análise, confrontando o orçamento inicial e as suas alterações com a execução, demonstrando o resultado orçamentário.
- (B) as receitas e as despesas operacionais, detalhadas em níveis relevantes de análise, confrontando o período inicial e as suas alterações com a execução, demonstrando o resultado acumulado do período.
- (C) as receitas e as despesas do período, detalhadas em níveis relevantes de análise, confrontando o período inicial e as suas alterações com a execução, demonstrando o resultado acumulado.
- (D) o resultado orçamentário, detalhado em níveis relevantes de análise, confrontando o resultado inicial e as suas alterações com a execução, demonstrando o resultado orçamentário.
- (E) as receitas correntes e de capital em conjunto com as despesas orçamentárias e extraorçamentárias, detalhadas em níveis sintéticos de análise, confrontando o período inicial e as suas alterações com a execução, demonstrando o resultado orçamentário.

79. A Demonstração dos Fluxos de Caixa deve ser elaborada pelo método direto ou indireto e evidenciar as movimentações havidas no caixa e seus equivalentes de caixa, nos seguintes fluxos:

- (A) das receitas correntes e de capital em conjunto com as despesas orçamentárias e extraorçamentárias.
- (B) das movimentações de entradas e saídas de recursos operacionais e financeiros.
- (C) dos pagamentos e recebimentos da entidade no período.
- (D) dos pagamentos a investidores e financiamentos da entidade pública.
- (E) das operações, dos investimentos e dos financiamentos.

80. A Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) evidencia a movimentação havida

- (A) nas Demonstrações Contábeis com a divulgação, em conjunto, dos efeitos das alterações nas normas contábeis e da correção de erros.
- (B) nas Demonstrações Contábeis com a divulgação, em conjunto, dos efeitos das alterações nas políticas.
- (C) em cada componente do Patrimônio Líquido com a divulgação, em separado, dos efeitos das alterações nas políticas contábeis e da correção de erros.
- (D) em cada componente do Ativo Financeiro com a divulgação, em separado, dos efeitos das alterações nas normas contábeis e da correção de erros.
- (E) em cada elemento patrimonial com a divulgação dos efeitos das alterações nas normas de contabilidade e da correção de erros.

CONTABILIDADE TRIBUTÁRIA

81. Planejamento Tributário tem por finalidade proporcionar à entidade uma redução da carga tributária dentro da legalidade. Essa iniciativa é denominada

- (A) Evasão fiscal.
- (B) Processo de solicitação de redução de alíquotas de impostos diretos e/ou indiretos.
- (C) Processo de substituição de impostos por taxas.
- (D) Elisão fiscal.
- (E) Processo administrativo de aproveitamento de créditos de impostos, taxas e contribuições.

82. A imunidade tributária e a isenção de tributos ocorrem em determinadas circunstâncias previstas em lei. As entidades imunes e isentas são objeto de tratamento contábil diferenciado, pois os órgãos públicos impõem obrigações tributárias e acessórias especiais a essas entidades, tendo em vista a necessidade de comprovação permanente dessa condição. Considerando isso, assinale a alternativa correta.

- (A) Consideram-se isentas de impostos e taxas federais, estaduais e municipais as entidades prestadoras de serviços de educação e transporte de interesse da sociedade em geral.
- (B) A imunidade tributária é um direito assegurado pela Constituição Federal, todavia as entidades beneficiadas também têm obrigações tributárias e acessórias a cumprir.
- (C) Qualquer contribuinte PJ pode requerer a imunidade tributária, desde que adapte sua contabilidade para cumprir determinados requisitos definidos em lei.
- (D) Os governantes podem isentar de impostos, de forma perpétua, as entidades que desenvolvem atividades econômicas em determinadas regiões do país.
- (E) Os partidos políticos, as igrejas e as editoras são naturalmente isentos de impostos e taxas.

83. A provisão para férias destina-se a registrar em cada período de apuração o encargo de férias proporcionais já adquiridas, acrescidas de 1/3 do abono, encargos da Previdência de 27,8% (INSS + RAT + Contribuições de Terceiros) e do FGTS de 8,0%. Assim sendo, qual deve ser o valor provisionado até 31/12/12, para um funcionário da produção, admitido em 15/3/12, com salário de \$ 1.200,00 e que faltou quatro dias no período?
- (A) (D) Custo com Férias \$ 1.000,00 + (D) Custo com Encargos da Previdência \$ 278,00 + (D) Custo com Encargos do FGTS \$ 80,00; (C) Provisão para Férias \$ 1.358,00.
- (B) (D) Despesas com Férias \$ 1.000,00 + (D) Despesas com Encargos da Previdência \$ 278,00 + (D) Despesas com Encargos do FGTS \$ 80,00; (C) Provisão para Férias \$ 1.358,00.
- (C) (D) Custo com Férias \$ 1.333,33 + (D) Custo com Encargos da Previdência \$ 370,67 + Custo com Encargos do FGTS \$ 128,00; (C) Provisão para Férias \$ 1.832,00.
- (D) (D) Despesas com Férias \$ 1.120,00 + (D) Despesas com Encargos da Previdência \$ 311,36 + Despesas com Encargos do FGTS \$ 89,60; (C) Provisão para Férias \$ 1.243,96.
- (E) (D) Custo com Férias \$ 1.120,00 + (D) Despesas com Encargos da Previdência \$ 311,36 + (D) Despesas com Encargos do FGTS \$ 89,60; (C) Provisão para Férias \$ 1.243,96.
84. Os valores pagos a título de Juros Remuneratórios do Capital Próprio para os acionistas visam remunerar o capital dos acionistas pelas taxas de mercado, até a taxa máxima dos títulos de longo prazo (TJLP). Esses valores são tributados em 15% como Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF). Assim sendo, os acionistas Pessoas Jurídicas (PJs) podem
- (A) requerer a devolução do IRRF no caso de serem PJs optantes pelo Lucro Presumido.
- (B) integrar a base de cálculo do dividendo mínimo obrigatório.
- (C) declarar o IRRF para terem esses valores compensados, no caso de entidades imunes e isentas.
- (D) considerar os valores recebidos e tributados na fonte como não sujeitos à incidência da CSL.
- (E) compensar o IRRF na Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica (DIPJ).
85. Considerando a compra de insumos, ao preço de \$ 100.000, a serem utilizados na produção, tributados à alíquota de 18% de ICMS, qual seria o lançamento contábil dessa compra a prazo?
- (A) (D) Estoques \$ 100.000 + (D) ICMS \$ 18.000; (C) Fornecedores \$ 118.000.
- (B) (D) Estoques \$ 100.000; (C) Fornecedores \$ 82.000 + (C) ICMS a Recuperar \$ 18.000.
- (C) (D) Estoques \$ 118.000; (C) Fornecedores \$ 100.000 + (C) ICMS a Recuperar \$ 118.000.
- (D) (D) Estoques \$ 118.000; (C) Fornecedores \$ 118.000.
- (E) (D) Estoques \$ 82.000 + (D) ICMS \$ 18.000; (C) Fornecedores \$ 100.000.
86. A prestação de serviços implica o pagamento do Imposto sobre Serviços (ISS), normalmente tributado às alíquotas de 2% a 5% sobre o valor do serviço prestado. Uma sociedade formada por três contadores e dois administradores prestou serviços no valor de \$ 10.000,00. Considerando uma alíquota de 5% de ISS, qual o lançamento a ser efetuado pela emissão da Nota de Serviços?
- (A) (D) Contas a Receber \$ 9.500,00 + (D) ISS a Compensar \$ 500,00; (C) Serviços Prestados \$ 10.000,00.
- (B) (D) Contas a Receber \$ 10.500,00; (C) Serviços Prestados \$ 10.000,00 + (C) ISS a Recolher \$ 500,00.
- (C) (D) Contas a Receber \$ 10.000,00 + (D) Despesas com ISS \$ 500,00; (C) Serviços Prestados \$ 10.000,00 + (C) ISS a Recolher \$ 500,00.
- (D) (D) Contas a Receber \$ 9.500,00; (C) Serviços Prestados \$ 9.500,00.
- (E) (D) Contas a Receber \$ 10.000,00; (C) Serviços Prestados \$ 10.000,00.
87. O Imposto de Renda deve ser recolhido mensalmente ou trimestralmente. Considerando o recolhimento mensal por estimativa, assinale o lançamento de ajuste anual, quando o total do valor recolhido for maior que o devido.
- (A) (D) Imposto de Renda a Pagar (C) Imposto de Renda Recolhido.
- (B) (D) Imposto de Renda a Compensar (C) Imposto de Renda Recolhido.
- (C) (D) Imposto de Renda a Compensar (C) Despesa com Imposto de Renda.
- (D) (D) Imposto de Renda Recolhido (C) Disponibilidades.
- (E) (D) Despesa com Imposto de Renda (C) Imposto de Renda a Pagar.
88. O Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza **não** incide,
- (A) de acordo com a INRFB n.º 971/2009, sobre o valor intermediado no mercado de títulos e valores mobiliários.
- (B) de acordo com a Lei Complementar n.º 116/2003, sobre os serviços discriminados em lista anexa.
- (C) de acordo com a Lei Complementar n.º 123/2006, sobre as exportações de serviços para o exterior do País.
- (D) de acordo com a Lei Complementar n.º 123/2006, sobre os serviços prestados por escritórios de contabilidade, inclusive serviços técnicos e auxiliares.
- (E) de acordo com a Lei Complementar n.º 116/2003, sobre a prestação de serviços dos sócios-gerentes.

89. O Código Tributário Nacional (CTN) define tributo em seus arts. 3.º a 5.º: “Tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção por ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada”.

Dessa forma, enquadram-se como tributos:

- (A) impostos, taxas, contribuição de intervenção no domínio econômico (CIDE), contribuições para o custeio de iluminação pública e multas ambientais.
- (B) impostos, taxas de pedágio e multas de trânsito.
- (C) impostos, taxas, contribuições e multas.
- (D) impostos, taxas e multas.
- (E) impostos, taxas e contribuições de melhoria.

90. Além dos tributos, as entidades têm que observar as obrigações acessórias. Essas obrigações acessórias normalmente ficam a cargo da área tributária ou sob supervisão da Contabilidade Tributária. Entre as obrigações acessórias está:

- (A) emissão de notas fiscais, bem como dos livros fiscais.
- (B) elaboração das Contabilidades: Fiscal, Societária e Gerencial.
- (C) pagamento das multas por não manter e conservar os livros e documentos, durante os prazos fixados em lei, ou seja: arquivo perpétuo, vinte anos, dez anos e cinco anos.
- (D) utilização de softwares específicos da Contabilidade Fiscal.
- (E) apontamento de mão de obra.

ADMINISTRAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

91. A Lei de Diretrizes Orçamentárias é de periodicidade anual, de hierarquia especial e sujeita a prazos e ritos peculiares de tramitação. O encaminhamento para discussão e aprovação do Congresso Nacional do projeto de lei de diretrizes orçamentárias – PLDO será realizado pelo Presidente da República, cabendo ao Congresso devolver o projeto para sanção presidencial. Neste caso, de acordo com o art. 57 da Constituição Federal, a sessão legislativa

- (A) será considerada, neste específico caso, como extraordinária para a aprovação do projeto de lei.
- (B) poderá ser encerrada sem a discussão, votação e aprovação do projeto de lei de diretrizes orçamentárias, ficando suspenso o assunto para a sessão do segundo semestre posterior à apresentação do projeto.
- (C) poderá ser feita em conjunto com a sessão de sanção do projeto de lei, no caso de estar expirando o prazo para aprovação.
- (D) não poderá ser encerrada sem a discussão, votação e aprovação do projeto de lei de diretrizes orçamentárias.
- (E) não excederá o horário determinado para discutir, aprovar e sancionar o projeto de lei.

92. No que tange à receita orçamentária, o tributo é a receita derivada instituída pelas entidades de direito público, compreendendo os impostos, as taxas e contribuições nos termos da Constituição e das leis vigentes em matéria financeira, destinando-se o seu produto ao custeio de atividades gerais ou específicas exercidas por essas entidades. Neste contexto, a receita classificar-se-á nas seguintes categorias econômicas:

- (A) Receitas Correntes e Receitas de Capital.
- (B) Receitas Correntes e Receitas Econômicas.
- (C) Receitas Correntes Anuais e Receitas Quadrimestrais de Capital.
- (D) Receitas Patrimoniais e Receitas Correntes.
- (E) Receitas Correntes e Recorrentes e de Investimentos.

93. As despesas de exercícios encerrados, para as quais o orçamento respectivo consignava crédito próprio, com saldo suficiente para atendê-las, que não se tenham processado na época própria, bem como os(as) _____ com prescrição interrompida e os compromissos reconhecidos após o encerramento do exercício correspondente poderão ser _____ à conta de dotação específica consignada no orçamento, discriminada por elementos, obedecida, sempre que possível, a ordem cronológica.

Assinale a alternativa que preenche, correta e respectivamente, as lacunas.

- (A) Contas a pagar ... baixadas
- (B) Ativos ... provisionados
- (C) Restos a pagar ... pagos
- (D) Provisões a fazer ... contabilizadas
- (E) Débitos ... reconhecidos

94. As autorizações de despesa não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei de Orçamento – as quais são classificadas em suplementares, especiais e extraordinárias – são consideradas

- (A) ajustes de caixa.
- (B) complementos de caixa.
- (C) débitos adicionais.
- (D) créditos adicionais.
- (E) orçamentos complementares.

95. A conta a qual é mantida no Banco Central do Brasil e que acolhe todas as disponibilidades financeiras da União, inclusive fundos, de suas autarquias e fundações, e que se constitui como um importante instrumento de controle das finanças públicas, uma vez que permite a racionalização da administração dos recursos financeiros, reduzindo a pressão sobre a caixa do Tesouro, além de agilizar os processos de transferência e descentralização financeira e os pagamentos a terceiros, é denominada:
- (A) Conta Garantida.
 - (B) Administradora de Fundos.
 - (C) Repositória de Fundos.
 - (D) Conta Especial.
 - (E) Conta Única do Tesouro Nacional.
96. Com relação ao Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal, classifique cada uma das finalidades em V (verdadeira) ou F (falsa).
- () Formular o planejamento estratégico nacional e internacional.
 - () Formular planos nacionais, setoriais e regionais de desenvolvimento econômico e social.
 - () Formular o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais.
 - () Gerenciar o processo de planejamento, execução e de orçamento federal.
 - () Promover a articulação com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, visando à compatibilização de normas e tarefas afins aos diversos Sistemas, nos planos federal, estadual, distrital e municipal.
 - () Promover, juntamente com as embaixadas e consulados, a articulação com os Países com tratados de tributação extensiva.
- Assinale a classificação correta, de cima para baixo.
- (A) V, F, V, F, V, V.
 - (B) F, V, V, F, V, F.
 - (C) V, V, F, F, F, V.
 - (D) F, F, V, V, F, F.
 - (E) F, F, F, V, V, V.
97. Os Poderes e o Ministério Público promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela lei de diretrizes orçamentárias, se verificado, ao final de um _____, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais.
- Assinale a alternativa que preenche corretamente a lacuna.
- (A) trimestre
 - (B) quadrimestre
 - (C) bimestre
 - (D) semestre
 - (E) ano
98. A Lei do Orçamento conterà a discriminação da receita e despesa de forma a evidenciar a política econômica financeira e o programa de trabalho do Governo, obedecidos os princípios de
- (A) universalidade, tempestividade e coerência.
 - (B) sucessão, competência e responsabilidade fiscal.
 - (C) competência, anuidade e essência.
 - (D) unidade, universalidade e anualidade.
 - (E) retroatividade, homogeneidade e individualidade.
99. De acordo com a Constituição Federal, as Leis de iniciativa do Poder Executivo deverão estabelecer o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias, bem como os orçamentos anuais. A lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada. Quanto à lei de diretrizes orçamentárias, compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento. Nesse contexto, caberá ao Poder Executivo publicar relatório resumido da execução orçamentária em até
- (A) quarenta e cinco dias após o encerramento de cada bimestre.
 - (B) trinta dias após o encerramento de cada bimestre.
 - (C) dez dias após o encerramento de cada bimestre.
 - (D) sessenta dias após o encerramento de cada bimestre.
 - (E) quinze dias após o encerramento de cada bimestre.
100. As dotações para manutenção de serviços anteriormente criados, inclusive as destinadas a atender a obras de conservação e adaptação de bens imóveis, classificam-se como
- (A) Despesas de Custeio.
 - (B) Inversões.
 - (C) Subvenções.
 - (D) Transferências Correntes.
 - (E) Transferências de Capital.